



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
25ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
MARIA TEREZA DA COSTA MACHADO LEÃO**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989
Data da instalação: 18-12-1989
Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 16-7-2021, p. 6.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 3-9-2020

Às 13 horas do dia dez de agosto de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020, na 25ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, 1.234 – 10º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Maria Tereza da Costa Machado Leão**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Leonardo Rezende Durço; os servidores Adriana de Oliveira Gomes, André Albernaz Carvalho, André Santana dos Santos, Cristina Vaz Nunes Lopes, Daniela Leite Baptista, Douglas de Oliveira Costa, Isabella Leonor Franciscani, João Meira Barbosa Mello, Maria da Luz Assunção Campos, Roberta Domingues; a estagiária Camila Moreira Thomaz. Ausente a servidora Maria Luíza Pereira da Silva, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 507 processos, distribuídos neste ano até o dia 2-8-2021, apurando-se a média de 3,6 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu, até o dia 2-8-2021, 47 cartas precatórias, dentre elas 28 executórias. Das recebidas em 2021, 26 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 624 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 220 processos foram remetidos neste ano até o dia 2-8-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 17 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.



1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 17 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 509 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 70 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 52 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC), não há processo sobrestado já julgado, com incidente de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correção, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010642/20, 0010641/19, 0010576/17, 0010507/19, 0010642/19, 0011196/17, 0011144/15, 0010656/19, 0010435/19, 0010971/19: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 25ª Vara						
	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021	01/06/20 a 31/05/21
Indicador / Ano						1 (01/04/20 a 31/03/21)	



Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	30,92	37,55	32,37	27,44	41,32	39,49	37,02
--	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 2-8-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	54
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	311
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	10

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	15
--	----

Não há processos com mais de 300 dias, tendo a listagem completa sendo remetida previamente via e-mail institucional para a unidade organizacional.

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
--------------------	-------------------------	---------------------



2015	2	6
2016	5	5
2017	9	4
2018	13	3
2019	48	2
2020	101	1
2021 – ano de referência	197	
TOTAL	375	0,82

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de agosto até o dia 2):

Processo	Classe	Tarifa
0010886-52.2015.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011144-62.2015.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010310-25.2016.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010371-80.2016.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010424-61.2016.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011787-83.2016.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011815-51.2016.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010576-75.2017.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011196-87.2017.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011509-48.2017.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011529-54.2017.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011549-30.2017.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011565-81.2017.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011568-36.2017.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento



0011596-04.2017.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011620-78.2017.5.03.0139	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010247-29.2018.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010404-02.2018.5.03.0025	Embargos de Terceiro Cível	Aguardando final do sobrestamento
0010451-73.2018.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010554-80.2018.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (102): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	435

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	45

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 90383)	722

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (103): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
------	----------	-------------------	-------------------------



CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	10

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 25ª Vara						
	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)	01/06/20 a 31/05/21
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	65,94	55,08	46,58	49,73	61,26	61,22	57,33

Existem 1.010 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 679 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não há processo suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 331 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) 123 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 02/08/2021

No ano anterior, até dia 02/08/2020 - havia 1.053 processos na fase de execução, assim distribuídos:



- a) 715 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
 b) não há processo suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
 c) 338 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de agosto até o dia 2):

Processo	Classe	Tarefa
0332400-28.1991.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0143800-76.1998.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0002330-66.2012.5.03.0025	Execução Fiscal	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0001895-29.2011.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0001922-12.2011.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0040900-97.2007.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0002172-45.2011.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0001416-65.2013.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0002165-19.2012.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0011082-22.2015.5.03.0025	Execução Fiscal	Aguardando apreciação pela instância superior
0001113-51.2013.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0011098-73.2015.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando apreciação pela instância superior
0010905-58.2015.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010051-30.2016.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011450-31.2015.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusão ao magistrado
0010445-07.2015.5.03.0111	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010126-69.2016.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010870-98.2015.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0011478-96.2015.5.03.0025	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências



0010516-39.2016.5.03.0025 Ação Trabalhista - Rito Ordinário Cumprimento de Providências

FASE DE EXECUÇÃO – Janeiro a Junho 2021			
Descrição da Vara	Execuções Iniciadas	Execuções Encerradas	Pendentes de Baixa
Belo Horizonte - 25a Vara	211	306	721

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93(execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de agosto 2021 apurado até dia 2):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	31	19
Fevereiro	34	42
Março	44	57
Abril	10	73
Maió	39	85
Junho	50	69
Julho	40	69
Agosto	25	4
Setembro	38	
Outubro	51	
Novembro	38	
Dezembro	54	
TOTAL	454	418

	2020-01	2020-02	2020-03	2020-04	2020-05	2020-06	2020-07	2020-08	2020-09	2020-10	2020-11	2020-12	2021-01	2021-02	2021-03	2021-04	2021-05	2021-06	2021-07	2021-08
ARACIMONERA RAYTA ASSIS DE PEREIRA	1																			
ADRIESTER SOARES MENEZES DE MACHADO							39													
FAMILIA ETASO FERREIRA																		4	30	
FERNANDA CRISTINE BUNES TEIXEIRA TRAYDE PISCULA BENTO COLUCCI DE SANTANA								11												25
MARIA TEREZA DA COSTA MACHADO LEAL	28	34	44	4	39	51	1	14	30	31	21	2	15	42	37	31	65	65	11	4
TATIANA CAROLINA DE AGUIAR WASHINGTON SIMONE DE AZEVEDO	4			7							17	47	1							
TOTAL	34	34	44	10	39	51	40	25	34	31	34	16	42	37	31	65	65	60	4	



Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de agosto 2021 apurado até dia 21):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	56	53
Fevereiro	95	90
Março	64	98
Abril	1	68
Mai	12	73
Junho	105	186
Julho	114	200
Agosto	98	8
Setembro	96	
Outubro	130	
Novembro	147	
Dezembro	66	
TOTAL	984	776

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 8-8-2021, existem 13 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	2
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	9
Tutelas Provisórias Pendentes	2
Total	13

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.



Na pauta do dia 10-8-2021 havia 8 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo**: 4 processos;
- b) **procedimento ordinário**: 2 processos;
- c) **instrução**: 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010498/21, 0010493/21, 0010436/21, 0010503/21, 0010504/21, 0010507/21, 0010837/20, 0010346/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possuía, até o dia 9-8-2021, 123 processos físicos no total e não possuía processos migráveis.

Exame dos autos dos processos 0010505/21, 0010516/21, 0010513/21, 0010516/21, 0010502/21, 0010408/21, 0010355/21, 0010308/21, 0010454/21, 0010432/21, 0010642/20, 0010641/19, 0010576/17, 0010507/19, 0010642/19, 0011196/17, 0011144/15, 0010656/19, 0010435/19, 0010971/19, 0010514/20, 0010294/21, 0010271/21, 0010524/20, 0010404/21, 0010405/21, 0010429/21, 0010465/21, 0010667/21, 0010241/21, 0010428/21, 0010376/21, 0010452/21, 0010468/21, 0010391/21, 0010398/21, 0010280/21, 0010441/21, 0010397/21, 0010486/21, 0010382/21, 0010492/21, 0010493/21, 0010209/21, 0010309/21, 0010401/20, 0010043/21, 0010102/21, 0010124/20, 0010164/20, 0010405/19, 0010171/21, 0010157/18, 0010405/19, 0010374/20, 0010579/19, 0010181/20, 0010535/17, 0010571/20, 0010838/19, 0010402/21, 0010272/21, 0010411/21, 0010420/21, 0010322/21, 0010144/21, 0010268/21, 0010370/21, 0010303/21, 0010212/21, 0010523/21, 0010307/21.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 11 ações civis públicas em tramitação.



Processo	Classe	Tarefa	Fase
0010683-17.2020.5.03.0025	Ação Civil Pública	Aguardando audiência	Conhecimento
0010731-44.2018.5.03.0025	Ação Civil Pública	Aguardando prazo	Conhecimento
0010635-29.2018.5.03.0025	Ação Civil Pública	Aguardando final do sobrestamento	Conhecimento
0010075-82.2021.5.03.0025	Ação Civil Pública	Aguardando audiência	Conhecimento
0258800-08.1990.5.03.0025	Ação Civil Pública	Análise	Execução
0001615-87.2013.5.03.0025	Ação Civil Pública	Cumprimento de Providências	Execução
0002265-37.2013.5.03.0025	Ação Civil Pública		Conhecimento
0010709-83.2018.5.03.0025	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011013-19.2017.5.03.0025	Ação Civil Pública	Cumprimento de Providências	Conhecimento
0010363-06.2016.5.03.0025	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010278-44.2021.5.03.0025	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Classe	Tarefa	Fase
0011034-24.2019.5.03.0025	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011284-76.2017.5.03.0009	Ação Civil Coletiva	Cumprimento de Providências	Liquidação
0010263-12.2020.5.03.0025	Ação Civil Coletiva	Cumprimento de Providências	Conhecimento

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	22	37	31
Instrução processo físico	1.838	-	-
Instrução processo eletrônico	202	132	160



Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	9	15	30/08/2021 – 15 dias
Procedimento Ordinário	14	14	31/08/2021 – 16 dias
Instrução	109	33	07/02/2022 – 99 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 2-8-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	554	167

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	104	67

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da	2	1.832



execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)		
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	334	738
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	16	685

No ano de 2021, até o dia 2-8, com 140 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2-8-2021	Média dia/útil
Julgados procedentes	26	0,1
Julgados procedentes em parte	156	1,1
Julgados improcedentes	88	0,6
Extintos com resolução de mérito	2	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	272	1,9
Extintos sem resolução de mérito	47	0,3
Arquivamento	57	0,4
Desistência	15	0,1
Outras decisões sem resolução de mérito	21	0,1
Total sem resolução de mérito	140	1
Decisões de conhecimento	412	2,9
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	99	0,7
Conciliações	168	1,2
Decisões de incidentes na liquidação/execução	52	0,3
Total	740	5,2

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:



	Ano-2020	Média/dia útil
Julgados procedentes	66	0,2
Julgados procedentes em parte	154	0,6
Julgados improcedentes	72	0,3
Extintos com resolução de mérito	7	0,03
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	299	1,2
Extintos sem resolução de mérito	72	0,3
Arquivamento	58	0,2
Desistência	28	0,1
Outras decisões sem exame de mérito	35	0,1
Total sem exame de mérito	193	0,8
Decisões de conhecimento	492	2,0
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	132	0,5
Conciliações	206	0,8
Decisões de incidentes na liquidação/execução	120	0,5
Total	950	4,0

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em julho de 2021, com 22 dias úteis, realizaram-se:



Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	3	0,1
Conciliação em execução	5	0,2
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	32	1,4
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	24	1,0
Una/Una (rito sumaríssimo)	54	2,4
Total	118	5,3

No mês de julho de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 24 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, execução e liquidação no mês de agosto 2021 apurado até dia 2:

Fase	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Janeiro	18	8	1	1		
Fevereiro	23	28	4	10	2	
Março	14	29	2	5	1	
Abril	1	31	1	3	2	1
Maiο	14	21	4	3	1	2
Junho	19	32	4	5	2	4
Julho	12	25	3	5		1
Agosto	20	1	8	1	1	1
Setembro	23		5		2	
Outubro	26		9		2	
Novembro	33		3		1	



Dezembro	15		6		1	
TOTAL	218	175	50	33	15	9

	2020-01	2020-02	2020-03	2020-04	2020-05	2020-06	2020-07	2020-08	2020-09	2020-10	2020-11	2020-12	2021-01	2021-02	2021-03	2021-04	2021-05	2021-06	2021-07	2021-08
ANDREA ROBERTA DE MOURA					1			1	2							1		3		1
ANNA ELISA FERREIRA DE RIBEIRO SOUZA ALFONSO DESSA DE MENEZES E SILVA							15							5						
CAMILA GONCALVES																		2	10	
CIBELLE VIEIRA ALMEIDA BRUNO	2																			
EDUCY APARELHA FERREIRA														1						
HERNANDA CRISTINA MORAES TEIXEIRA								15												
LEANDRO PINA ROSA NETO			7	1	1	1		3						3					7	2
FLAVIA FERREIRA FERREIRA SOUZA							2			3	1									
JADIA CRISTINA MOUTA AMORIM											1	2							3	1
FRYDLEJKA INEIDERLEIDE SAMARA																				12
LETIAN PEREIRA DOS ANJOS		4																		
KARLA TEREZA GALCANTAS MACHADO LEAO	27	24	16	5	17	22		10	27	34	22	1	9	34	34	34	23	24	6	1
MARCELO TORRES SOARES	1																			
TATIANA CARVALHO ASSIS												12	13							
Total	59	29	17	4	19	27	17	29	30	27	12	13	9	38	34	35	23	41	8	1

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de agosto 2021 apurado até dia 2):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	51	37
Fevereiro	147	116
Março	72	132
Abril	2	116
Maiο	13	115
Junho	75	134
Julho	68	118
Agosto	64	11
Setembro	91	
Outubro	127	
Novembro	139	
Dezembro	87	
TOTAL	936	779



	2020-01	2020-02	2020-03	2020-04	2020-05	2020-06	2020-07	2020-08	2020-09	2020-10	2020-11	2020-12	2021-01	2021-02	2021-03	2021-04	2021-05	2021-06	2021-07	2021-08
AMÉLIA RODRIGUES DE ARAÚJO					2				4								2	4		1
ANPAULINA FERREIRA DE BRUNO RIBEIRO AUGUSTO DE SOUZA DE ARAÚJO ALVARO DE ARAÚJO							05						1	3						
CLÁudia F. S. L. LIMA																		10	57	
CRISTINA M. V. ALMEIDA BRITO DÉBORA APARECIDA PEREIRA SILVA	1													5		2				1
ERIVANDO CEZAR DE MENEZES TEIXEIRA LIVIA CRISTINA DOS REIS ETHELSON DA SILVA PEREIRA COSTA		1	3	2	4	2	1	3						5	6	2	1	2	6	1
FÁBIO CARLOS DA SILVA FÁBIO CARLOS DA SILVA FÁBIO CARLOS DA SILVA						1			2	5	1							6	11	
ELIANE BEATRIZ ANDRADE MÁRIA TEREZINHA DOS SANTOS LILIAN	2	11																		
MARIA TEREZINHA DOS SANTOS MÁRIA TEREZINHA DOS SANTOS MÁRIA TEREZINHA DOS SANTOS	41	109	51		9	20	1	26	32	122	100		36	102	124	125	135	100	16	3
MARIA TEREZINHA DOS SANTOS MÁRIA TEREZINHA DOS SANTOS MÁRIA TEREZINHA DOS SANTOS																				
MÁRIA TEREZINHA DOS SANTOS MÁRIA TEREZINHA DOS SANTOS MÁRIA TEREZINHA DOS SANTOS																				
MÁRIA TEREZINHA DOS SANTOS MÁRIA TEREZINHA DOS SANTOS MÁRIA TEREZINHA DOS SANTOS	51	147	72	2	15	75	16	94	9	127	124	107	37	116	132	116	145	154	110	17

Foram realizadas, na unidade, 111 audiências no mês de julho de 2021. Foram realizadas 35 audiências de 1-8-2021 a 6-8-2021 e designadas 120 audiências de 7-8-2021 até do dia 31-8-2021.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de agosto 2021 apurado até dia 2):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	64	66
Fevereiro	93	101
Março	69	93
Abril	15	86
Mai	44	83
Junho	54	81
Julho	49	68
Agosto	48	2
Setembro	62	
Outubro	85	
Novembro	90	
Dezembro	25	
TOTAL	698	580



A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 2-8
Processos recebidos	972	785	507
Média por dia útil	4,2	3,3	3,6
Processos remanescentes do ano anterior	521	338	400
Sentenças anuladas	22	9	5
Total de processos para solução	1.515	1.132	912
Processos solucionados	1.161	698	580
Processos conciliados	353	206	168
Produtividade	76,63%	61,66%	63,59%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 19,2% em relação ao número de processos recebidos no ano 2020. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 14,9%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução GP n. 194, de 20 de dezembro de 2021.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 2-8-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.



Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	168
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	580

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	580
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	512

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	270
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	366

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 2-8-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	435
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	545

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	722
--	--	-----



Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	437
------------------------------	--	-----

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 2-8-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	545
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	437
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	12

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	435
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	722
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	12



Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 25ª Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2020 01/01/2020 a 31/12/2020	1º trim 2021 01/04/2020 a 31/03/2021	2º trim 2021 01/07/2020 a 30/06/2021
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,50	1,16	0,90
	I02 - Pendentes	1.336	1.320	1.210
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	130,35	141,42	149,00
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	75,01	62,17	62,29
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.078,71	1.007,02	867,25
	I07 - Taxa de conciliação (%)	29,56	29,27	30,15
	I08 - Taxa de solução (%)	87,78	93,60	100,46
	I13 - Taxa de execução (%)	71,15	75,47	106,67
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	41,32	39,49	35,04
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	61,26	61,22	53,93
	I11 - Produtividade por servidor	99,50	101,33	118,08
Meso	I12 - Pendentes por servidor	107,42	105,33	96,08
	Acervo	0,26	0,31	0,28
	Celeridade	0,34	0,36	0,36
	Produtividade	0,65	0,60	0,59
Macro	Congestionamento processual	0,50	0,48	0,46
	Força de trabalho	0,51	0,50	0,47
	IGEST	0,4525	0,4503	0,4318



Posição IGEST	88	77	70
Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$2.657.977,04	R\$730.008,1	R\$19.675.801,89

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, não há Portarias em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/ 2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 9-8-2021, o percentual alcançado foi de 113,84% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,79%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 83,66% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).



Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

No ano 2021, até o dia 9-8-2021, o percentual alcançado foi de 94,79% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 88,14%.

Em 2020 a Meta “era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,46%, de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 98,21%.

Meta 3 CNJ/ - 2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 9-8-2021, o percentual alcançado foi de 76,12% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 102,37%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 80,74% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 104,01%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ – 2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o percentual alcançado na fase de conhecimento foi de 44,56% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 50,85%.

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o percentual alcançado na fase de execução foi de 45,31% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 59,98%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 98,80%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, não tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).



Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Em 2020, a Meta 6 era “Priorizar o julgamento das ações coletivas – identificar e julgar até 31-12-2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2017 no 1º grau, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 105,26%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 103,75% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 11 CNJ 2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

Em 8-8-2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet, esta unidade organizacional possuía 123 processos físicos e não possuía processos migráveis.

Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 173 dias, sendo de 191 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 130 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:



13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- 3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 5) saneados os incidentes processuais pendentes, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 6) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 7) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;
- 8) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2021, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020,



dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

9) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 3 CNJ/2021**: Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%;

10) acompanhado o Painel Interativo de Metas, disponível em <https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/gestao-estrategica/metras-nacionais/painel-interativo>;

11) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653.0,1,1.bbxcid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

12) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

13) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

14) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo



graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

15) incentivado o uso do sistema SIF, disponibilizado pela CEF, devendo a Vara do Trabalho, em caso de adesão, informar-se junto banco, por meio do e-mail seg5750mg@caixa.gov.br e após consolidada a adesão, informado à Secretaria de Apoio Judiciário, para fins de controle, bem como o uso do Sistema SiscondJ, disponibilizado pelo Banco do Brasil no endereço eletrônico <https://siscondj.trt3.jus.br/portalttrmg/login.jsp>;

16) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, quando liberado pela unidade responsável, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que deferiu a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.



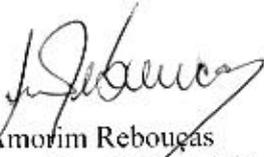
14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 16h15min do dia dez de agosto de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 134/2021, publicado no DJe 16-7-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.


Ana Maria Amorim Rebouças

Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE
OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2021.08.10 15:32:22 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria